



PROVA SEFAZ-RS 2019

AUDITOR FISCAL

CESPE

Sumário

Sumário.....	1
Questões sem Comentário	2

Questões sem Comentário

Texto 1A1-I

1 O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios, principalmente
2 em tempos de globalização e interdependência dos sistemas econômicos. Entre
3 esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada
4 pelo ICMS. O principal tributo em vigor, atualmente, é estadual, o que faz
5 contribuintes e advogados se debruçarem sobre vinte e sete diferentes legislações
6 no país para entendê-lo. Isso se tornou um atentado contra o princípio de
7 simplificação, contribuindo para o incremento de uma guerra fiscal entre os estados,
8 que buscam alterar regras para conceder benefícios e isenções, a fim de atrair e
9 facilitar a instalação de novas empresas. É, portanto, um dos instrumentos mais
10 utilizados na disputa por investimentos, gerando, com isso, consequências negativas
11 do ponto de vista tanto econômico quanto fiscal.

12 A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. Na
13 década de 60, a adoção do imposto sobre valor agregado (IVA) trouxe um avanço
14 importante para a tributação indireta, permitindo a internacionalização das trocas de
15 mercadorias com a facilitação da equivalência dos impostos sobre consumo e
16 tributação, e diminuindo as diferenças entre países. O ICMS, adotado no país, é o
17 único caso no mundo de imposto que, embora se pareça com o IVA, não é
18 administrado pelo governo federal — o que dá aos estados total autonomia para
19 administrar, cobrar e gastar os recursos dele originados. A competência estadual do
20 ICMS gera ainda dificuldades na relação entre as vinte e sete unidades da
21 Federação, dada a coexistência dos princípios de origem e destino nas transações
22 comerciais interestaduais, que gera a já comentada guerra fiscal.

23 A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve
24 ser enfrentado. É preciso integrar-se aos países do MERCOSUL, além de promover a
25 aproximação aos padrões tributários de um mundo globalizado e desenvolvido,
26 principalmente quando se trata de Europa. Só assim o país recuperará o poder da
27 economia e poderá utilizar essa recuperação como condição para intensificar a
28 integração com outros países e para participar mais ativamente da globalização.

André Pereira. Os desafios do direito tributário brasileiro. In: DCI – Diário Comércio,
Indústria e Serviços. 2/mar./2017. Internet: <www.dci.com.br> (com adaptações).

1. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Os três aspectos que representam desafios para o direito tributário brasileiro, na ordem em que aparecem no texto 1A1-I, são

- A) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade propiciada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- B) o conflito fiscal proporcionado pelo ICMS, a competitividade produzida pela

interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.

C) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.

D) o afinamento com outros sistemas tributários, a adoção do IVA e o conflito fiscal favorecido pelo ICMS.

E) o conflito fiscal propiciado pelo ICMS, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e o afinamento com outros sistemas tributários.

Comentários:

Questão literal. Vejamos:

1) Entre esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo ICMS. (...)

2) A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. (...)

3) A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado.

Gabarito letra E.

2. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

O texto 1A1-I

A) carece de uma introdução para o assunto que aborda.

B) é composto de três parágrafos vinculados a uma temática principal.

C) é organizado de forma progressiva, partindo do problema menos relevante ao mais relevante.

D) concentra no parágrafo final a conclusão geral dos argumentos apresentados.

E) é pautado integralmente na temática da tributação excessiva.

Comentários:

Vejamos:

A) Incorreto. Não carece, a introdução está em: O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios, principalmente em tempos de globalização e interdependência dos sistemas econômicos. Entre esses pontos de atenção, destacam-se três.

O autor acabou juntando o primeiro ponto de análise no parágrafo introdutório. Normalmente, esse ponto viria no primeiro parágrafo de desenvolvimento, separado da introdução.

B) Correto. Exato. Cada parágrafo aborda um dos 3 pontos mencionados no segundo período.

C) Incorreto. Os problemas não foram hierarquizados. Não se pode afirmar que um é mais relevante que o outro.

D) Incorreto. O parágrafo final apenas menciona o terceiro ponto.

E) Incorreto. É pautado em três problemas do sistema tributário brasileiro, não se falou em tributação excessiva.

Gabarito letra B.

3. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

No texto 1A1-I, o pronome que inicia o trecho “Isso se tornou um atentado contra o princípio de simplificação” (L. 6 e 7) remete

- A) à oração “guerra fiscal ocasionada pelo ICMS” (L. 3 e 4).
- B) à ideia de que o ICMS é “O principal tributo em vigor” (L.4).
- C) ao argumento de que “O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios” (L.1).
- D) ao fato de “contribuintes e advogados se debruçarem sobre vinte e sete diferentes legislações no país” (L. 5 a 6) para entender o ICMS.
- E) à crítica do autor à recorrência das mesmas regras tributárias em “vinte e sete diferentes legislações no país” (L. 5 a 6).

Comentários:

O pronome “isso” retoma um grupo de informações anteriormente mencionado, não faz geralmente retomada de um termo específico, mas sim de todo um grupo de ideias: o conteúdo de uma oração, de um período, um parágrafo...

No caso, recupera a ideia contida em:

O principal tributo em vigor, atualmente, é estadual, o que faz contribuintes e advogados se debruçarem sobre vinte e sete diferentes legislações (26 estados mais o DF) no país para entendê-lo.

Em suma, “isso” é a coexistência de muitas legislações, fato que dificulta a simplificação.

Gabarito letra D.

4. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

A correção gramatical e os sentidos originais do texto 1A1-I seriam preservados se, no trecho “A competência estadual do ICMS gera ainda dificuldades na relação entre as vinte e sete unidades da Federação” (L. 19 a 21), o vocábulo “ainda” fosse substituído pela seguinte expressão, isolada por vírgulas.

- A) até então
- B) ao menos
- C) além disso
- D) até aquele tempo
- E) até o presente momento

Comentários:

“Ainda” foi usado aqui com valor aditivo, equivalente a “além disso”, “também”:

“A competência estadual do ICMS gera, **além disso**, dificuldades na relação entre as vinte e sete unidades da Federação”

Nas demais opções, a banca tenta confundir o candidato com sentidos possíveis, mas que não eram o sentido exato do texto. Vamos ver outros sentidos de “ainda”:

Quando chegou a prova, **ainda** não me sentia preparado. (**até aquele momento**)

Depois de tanto tempo, você **ainda** não entendeu. (**até o presente momento; até agora**)

Cheguei **ainda** agora. (**valor de reforço**)

Ela cuida de sete filhos e **ainda** faz faculdade de medicina. (**além disso**)

Ele vive atrasado, se **ainda** fosse competente, não o demitiria. (**ao menos; pelo menos**)

Seu filho só faz bobagem e você **ainda** o recompensa. (**mesmo assim, apesar disso**)

Não é minha obrigação, **ainda** assim o ajudo. (**mesmo assim, apesar disso**)

Gabarito letra C.

5. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Infere-se das ideias do texto 1A1-I que o autor é contrário

- A) ao modelo tributário europeu.
- B) à aplicação do IVA em nível federal.
- C) ao sistema tributário do MERCOSUL.
- D) à competência estadual para o ICMS.
- E) aos padrões tributários do mundo globalizado.

Comentários:

O autor aponta que o fato de a competência do IPVA ser estadual causa problemas. Cada estado pode legislar sobre o IPVA, o que gera muitas legislações ao mesmo tempo, prejudicando a simplificação. Além disso, cada estado pode criar benefícios fiscais em sua legislação, para atrair empresas e investimentos para seu território. Isso gera concorrência entre os entes federativos, a chamada “guerra fiscal”. Por esses argumentos, fica evidente que o autor é contra a competência individual de cada estado e sugere uma legislação única, federal, como a do IVA que mencionou.

Gabarito letra D.

6. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte período do texto 1A1-I: “A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado.” (L. 23 e 24). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- A) A harmonização com outros sistemas tributários deve enfrentar também o desafio.
- B) O desequilíbrio com outros sistemas tributários é outro desafio a ser resgatado.
- C) A harmonização com os demais sistemas tributários consiste em outro desafio a ser enfrentado.
- D) A harmonização de outros sistemas tributários é mais um desafio que deve ser enfrentado.
- E) A hierarquização com outros sistemas tributários é também um desafio ao qual deve-se combater.

Comentários:

Em questões desse tipo, divididas em análise de correção e sentido, sempre busque eliminar o item por um "erro gramatical", a parte do sentido é muito sutil e controversa no CESPE. Aqui, no entanto, a banca focou em análise de sentido. Vejamos:

A) Incorreto. Como está escrito, o também sugere que a harmonização vai enfrentar o desafio e mais alguma coisa. A harmonização não vai enfrentar nada, mas sim é um desafio que será enfrentado.

B) Incorreto. "Resgatado" não, "ENFRENTADO".

C) Correto. Apenas houve troca do "é" por "consiste em", equivalentes no contexto.

D) Incorreto. É harmonização COM outros (sentido de ajustar-se aos outros), não é harmonização DE outros (sentido passivo: outros sistemas serão ajustados).

E) Incorreto. É "harmonização", não "hierarquização". Além disso, há erro de colocação pronominal: "ao qual" é pronome relativo e atrai próclise. O pronome não pode, então, estar em ênclise com o auxiliar: "deve-se". A forma recomendada seria a próclise: ao qual se deve combater.

Gabarito letra C.

7. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

No texto 1A1-I, o emprego de vírgulas para isolar as expressões "adotado no país" (L.16) e "embora se pareça com o IVA" (L.17) é

- A) facultativo em ambas as expressões.
- B) obrigatório apenas na primeira expressão.
- C) apenas uma escolha estilística do autor.
- D) justificado por regras distintas de pontuação.
- E) necessário devido ao deslocamento dessas expressões dentro do período.

Comentários:

Temos duas expressões entre vírgulas, o que remete à função de "intercalação de termos" e atrai o candidato para a letra E. No entanto, temos regras específicas e distintas. No primeiro caso, temos implícita uma oração adjetiva explicativa, que deve

ser marcada por vírgula. Não é questão de deslocamento, ela tem que ser marcada com vírgula em qualquer posição, por ser uma **oração adjetiva explicativa**. A oração restritiva, por sua vez, não possui vírgula. Então, o que define a vírgula é a natureza semântica da oração, não é sua posição.

O ICMS, **(que é) adotado no país**, é o único caso no mundo de imposto que, **embora se pareça com o IVA**, não é administrado pelo governo federal

O trecho "**embora se pareça com o IVA**" recebe vírgula por ser oração adverbial concessiva intercalada.

Gabarito letra D.

8. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto 1A1-I: "É preciso integrar-se aos países do MERCOSUL" (L.24). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- A) É preciso que o Brasil se integre aos países do MERCOSUL
- B) É preciso ao Brasil a integração dos países do MERCOSUL
- C) É preciso que o Brasil seja integrado pelos países do MERCOSUL
- D) É preciso que os países do MERCOSUL integrem-se ao Brasil
- E) É preciso ao Brasil integrar o MERCOSUL

Comentários:

Primeiro, embora a oração não traga expresso esse sujeito, observe que o autor está falando do Brasil. A reescritura apenas converte uma oração reduzida de infinitivo em oração desenvolvida (com conjunção e verbo conjugado no subjuntivo):

É preciso integrar-se aos países do MERCOSUL

É preciso que o Brasil se integre aos países do MERCOSUL

Vejamos o problema das demais:

B) Incorreto. Primeiro, não é a integração "dos países do MERCOSUL", mas sim "com os países do MERCOSUL", pois o Brasil precisa estar incluído também, daí a preposição "com". Segundo, "preciso" deveria concordar com "integração". Na prática, a construção com "precisa" ficaria estranha, pois o natural é usar: A integração é **necessária**.

C) Incorreto. Não é integrado "pelos", mas integrado "aos/com" os países do MERCOSUL.

D) Incorreto. Inverteu, é o Brasil que vai buscar integrar-se.

E) Incorreto. O Brasil já "integra" o MERCOSUL, isto é, faz parte dele. O que está buscando é maior integração com os países, mais contatos e trocas.

Gabarito letra A.

9. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do trecho "O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios" (L.1), do texto 1A1-I, o segmento "depara-se com" poderia ser substituído por

- A) depara-se a.
- B) confronta com.
- C) depara-se diante de.
- D) confronta-se a.
- E) depara com.

Comentários:

Esta é uma questão enciclopédica (específica, sabe ou não sabe), infelizmente.

O verbo "deparar-se com" é transitivo indireto e pronominal em seu **uso mais comum**.

No entanto, é possível também ser usado sem pronome e até sem preposição:

Ex: Deparei-me **com** um mendigo ali. (CELSO PEDRO LUFT)

Ex: Deparei um mendigo ali. (CELSO PEDRO LUFT)

É uma covardia, concordo. Contudo, poderia ser também resolvida por eliminação. Confrontar possui um sentido diferente, uma ideia mais de "conflito, oposição". "Deparar-se diante" não faz sentido e "deparar-se A" não é regência correta, sabemos que pede a preposição "com", que estava ainda na única alternativa correta.

OBS: Essa mesma lógica vale para o verbo "defrontar", que foi cobrado recentemente:

Ex: Defrontar(-se) **com** um inimigo

Ex: Defrontar um inimigo

Gabarito letra E.

Texto 1A11-I

1 Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de
2 1837.

3 Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido
4 compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven
5 (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A
6 plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são,
7 sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

8 Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou
9 a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com
10 ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do
11 músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má
12 qualidade.

13 Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos,
14 tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos
15 grandes artistas.

16 Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa
17 do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

18 A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com
19 entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi
20 enxovalhada.

21 Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos
22 e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

23 Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o
24 risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

10. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Infere-se do texto 1A11-I que, na ocasião do concerto em Paris, em 1837,

- A) Pixis tocou uma composição de Beethoven como se fosse de sua autoria.
- B) Liszt equivocou-se na leitura do roteiro de composições que deveria executar.
- C) a plateia revoltou-se contra Liszt, por ele ter confundido uma composição de Pixis com uma de Beethoven.
- D) o público julgou as composições apenas com base nas designações

equivocadas no programa do concerto.

E) as peças de Pixis e Beethoven foram executadas de modo tão semelhante que o público não foi capaz de distingui-las.

Comentários:

A questão é de “inferência”, mas está bem evidente na literalidade do texto:

*Liszt, no entanto, registraria que um **erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...***

Vejam os demais:

A) Incorreto. Quem tocou foi Liszt.

B) Incorreto. Houve um erro tipográfico de quem elaborou o programa, não houve erro do músico.

C) Incorreto. A plateia não sabia do equívoco; revoltou-se porque se pautava pela “grife” do autor, não pela qualidade em si.

E) Incorreto. Olha o devaneio! Houve apenas troca do nome na sequência do programa. Gabarito letra D.

11. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

No texto 1A11-I, com o emprego da expressão “(hoje)” (L.3) entre parênteses, o autor

A) destaca que Pixis é desconhecido na atualidade, mas que não o era em 1837.

B) indica que, a partir da data do concerto, Pixis deixou de ser desconhecido.

C) enfatiza o “dia de glória” (L.1) de Pixis.

D) ressalta que se trata do dia do concerto de Franz Liszt.

E) revela desprezo pela popularidade de Pixis em 1837.

Comentários:

Questão direta. O “Hoje”, visualmente destacado por vir entre parênteses, indica que Pixis é desconhecido hoje (atualmente), o que nos permite inferir um contraste: ele é desconhecido atualmente mas não era na época. A prova disso é que a plateia o conhecia e tinha visão negativa dele, tanto que desprezou a música que pensaram ser dele. Gabarito letra A.

12. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

No texto 1A11-I, a palavra “mediocre” (L.1) foi empregada com o mesmo sentido de

A) carente.

B) tímido.

C) humilde.

- D) inexpressivo.
- E) despretensioso.

Comentários:

Aqui, pelo contexto, percebemos que há uma análise de “qualidade” x “renome” dos compositores. Então, ao dizer “mediocre”, em comparação com o famoso Beethoven, o autor se refere à pouca expressão, renome, reconhecimento de Pixis. Então, ele era “inexpressivo” no sentido de pouco reconhecido, pouco consagrado. Gabarito letra D.

13. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

- No segundo parágrafo do texto 1A11-I, o termo “adjetivos” remete às palavras
- A) “verdadeiros” e “relativos”.
 - B) “refinado”, “culto” e “bovino”.
 - C) “admirável”, “maravilhoso” e “extraordinário”.
 - D) “desconhecido” e “compositor”.
 - E) “hoje” e “sempre”.

Comentários:

Questão direta. Esses adjetivos atribuídos a Beethoven são chamados de “relativos” justamente porque a peça tocada, na verdade, era de um outro compositor, considerado “mediocre”.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do **admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven** (os **adjetivos** aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Gabarito letra C.

14. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

- O autor do texto 1A11-I apresenta a narrativa do concerto de Liszt com o propósito de
- A) reconhecer que Pixis era tão genial quanto Beethoven.
 - B) criticar o modo como algumas pessoas consomem arte.
 - C) dar notoriedade à carreira de Pixis.
 - D) alertar o público de que não se deve confiar em tudo que se lê.
 - E) incentivar o público a ampliar seu repertório musical.

Comentários:

O raciocínio que conclui o texto está nos últimos parágrafos. O autor critica o consumo de arte baseado apenas em “grife” e não em um julgamento isento da obra em si.

Quando foi apresentado como obra de um compositor de renome, o trabalho de Pixis foi consumido de forma diferente de como seria se fosse apresentado em nome próprio, isso faz o autor questionar o que é mesmo “extraordinário”.

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Gabarito letra B.

15. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

No trecho “aplaudir Pixis como se fosse Beethoven” (L.24), do texto 1A11-I, observa-se a figura de linguagem

- A) catacrese.
- B) metonímia.
- C) eufemismo.
- D) pleonasma.
- E) personificação.

Comentários:

A metonímia é um recurso figurativo de substituir uma palavra por outra que tenha alguma relação semântica com ela, de modo que essa lógica permita presumir a palavra substituída. Um dos principais casos de metonímia é a substituição de “autor-obra”.

Ex: Adoro ler Machado de Assis (os livros desse autor)

Ex: Escuto muito Renato Russo (as músicas dele)

Quando os espectadores ouviram Pixis e Beethoven, na verdade estavam ouvindo a obra, a música não a própria pessoa. Gabarito letra B.

16. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Os sentidos originais e a correção gramatical do texto 1A11-I seriam preservados se a forma verbal “invertera” (L.16) fosse substituída por

- A) inverteria.
- B) teria invertido.
- C) invertesse.
- D) havia invertido.
- E) houve de inverter.

Comentários:

InverteRA é forma do pretérito mais-que-perfeito simples; sabemos que é possível substituir essa forma simples pela sua forma composta: **tinha ou havia invertido**.

Gabarito letra D.

17. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Cada uma das opções a seguir apresenta trecho do texto 1A11-I seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção cuja proposta preserva os sentidos do texto e suas relações coesivas.

- A) "distante ano" (L.1): ano distante
- B) "desconhecido compositor" (L.3 e 4): compositor desconhecido
- C) "público refinado" (L.6): refinado público
- D) "músico menor" (L.11): menor músico
- E) "desprezo coletivo" (L.9): coletivo desprezo

Comentários:

A mudança de sentido está em:

músico menor x menor músico

Em "músico menor", "músico" é substantivo e "menor" é adjetivo, no sentido de músico inferior, de pouca qualidade.

Em "menor músico", "menor" é substantivo e "músico" é adjetivo indicativo de uma profissão, no sentido de uma pessoa "menor de idade" que tem a característica de ser músico, um menor que é músico, e não um menor que é pedreiro ou pintor, por exemplo.

Nos demais pares, a mudança de ordem não causa qualquer mudança de sentido.

Gabarito letra D.

OBS: A banca deu como gabarito preliminar a letra E, acredito que por mero erro material, simples erro de digitação.

18. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

A correção e os sentidos do texto 1A11-I seriam preservados se a palavra "enxovalhada" (L.20) fosse substituída por

- A) desassistida.
- B) desagravada.
- C) afamada.
- D) aplaudida.
- E) desdenhada.

Comentários:

“Enxovalhada” foi utilizado no sentido de “menosprezada”, “desdenhada”. Os espectadores desprezaram a peça musical pensando que era de Pixis, músico considerado medíocre — não era de Beethoven.

Gabarito letra E.

Texto 1A3-I

1 A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres
2 públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a
3 tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a
4 sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse
5 promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos
6 incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa
7 e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

8 Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da
9 economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos
10 preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito
11 viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se,
12 assim, a elevação dos seus investimentos — e, conseqüentemente, da produção —
13 e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento
14 da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos
15 sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br>> (com adaptações).

19. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

O texto 1A3-I organiza-se de forma a apresentar

- A) argumentos em favor dos objetivos do Estado com relação à política tributária, para convencer o leitor.
- B) possíveis conseqüências sociais e econômicas da política tributária.
- C) procedimentos da atividade de tributação, destacando sua natureza fiscal.
- D) defesa de ações governamentais mais efetivas no que se refere à política tributária.
- E) razões para a diminuição de impostos ser considerada mais benéfica que o aumento destes.

Comentários:

O primeiro parágrafo menciona possíveis (prováveis e hipotéticos) efeitos sociais de uma política econômica: aumentar a tributação sobre o consumo de um bem nocivo que se deseja desencorajar; reduzir a os tributos do bens mais consumidos por

peças de menor poder aquisitivo, para melhorar a distribuição de renda.

O segundo menciona consequências econômicas da redução da tributação sobre empresas: menor custo, mais lucro, maior investimento, maior concorrência, menor preço...

É só isso que o texto traz!

Veamos o problema das demais:

A) Incorreto. Não há tentativa de convencer o leitor nem de defender o Estado, são apresentadas relações lógicas entre algumas políticas e possíveis efeitos.

C) Incorreto. Não há destaque à natureza fiscal (arrecadatória); pelo contrário, são mencionados efeitos econômicos e sociais.

D) Incorreto. Vale o mesmo comentário da A.

E) Incorreto. O texto não defende redução de impostos, também menciona o aumento de impostos sobre produtos nocivos. A alternativa restringe o texto a apenas um de seus aspectos. Gabarito letra B.

20. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Inferir-se do texto 1A3-I que a ação do Estado, com relação à política tributária, visa

A) ao provimento de receitas e também a finalidades econômicas e sociais.

B) à redução de tributos sobre empresas comprometidas com o desenvolvimento social.

C) ao aumento do lucro de empresas, com impacto sobre o crescimento do país.

D) ao estímulo do setor empresarial pela concessão de isenção do pagamento de impostos.

E) ao crescimento da livre concorrência, com aumento dos impostos aplicados a empresas.

Comentários:

Questão direta:

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos (não é só isso, não quer só arrecadar), mas tem também objetivos econômicos e sociais (também considera elementos sociais— distribuição de renda, consumo nocivo— e econômicos— investimento, aumento concorrência).

O texto se estrutura nessa divisão: finalidade fiscal x finalidades sociais e econômicas. Todas as demais alternativas vão focar em apenas um dos aspectos.

Gabarito letra A.

21. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

| A correção gramatical e os sentidos do texto 1A3-I seriam preservados caso o

fragmento “favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos” (L. 11 e 12) fosse reescrito da seguinte forma.

- A) que favorecerá, assim, a elevação dos seus investimentos
- B) em que favorece, assim, a elevação dos seus investimentos
- C) à qual favoreça, assim, a elevação dos seus investimentos
- D) cuja elevação dos investimentos seria, assim, favorecida
- E) o que favoreceria a elevação dos seus investimentos

Comentários:

Vejam os:

Outro efeito viável dessa política [redução da tributação sobre as empresas] seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, conseqüentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas

Em “favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos” temos uma oração passiva, reduzida de gerúndio, organizando, temos algo no seguinte sentido:

a elevação dos seus investimentos seria favorecida pela redução da tributação

a redução da tributação favoreceria a elevação dos seus investimentos (voz ativa)

O que mudou então foi apenas a troca de “a redução da tributação” por um pronome:

o que favoreceria a elevação dos seus investimentos

fato *que favoreceria a elevação dos seus investimentos*

Vejam os problemas das demais:

A) Incorreto. O verbo no futuro causa problema de correlação verbal, temos uma hipótese no pretérito, o verbo fica: “favoreceria”.

B) Incorreto. Além de o tempo não ser o futuro do pretérito, esse “em” não se justifica na frase, nenhum termo pede essa preposição.

C) Incorreto. Não poderia haver crase, pois não há preposição “a” na sentença.

D) Incorreto. Veja que bagunça incoerente o texto viraria:

Outro efeito viável dessa política [redução da tributação sobre as empresas] seria o aumento do lucro das empresas, **cuja elevação dos investimentos seria, assim, favorecida** — e, conseqüentemente, da produção (?) — e o surgimento de novas empresas

O termo “da produção” depende da presença da palavra “elevação”.

Gabarito letra E.

22. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

No texto 1A3-I, a oração “se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia” (L. 8 e 9) apresenta, no período em que se insere, noção de

- A) concessão, uma vez que representa uma exceção às regras de tributação do país.
- B) explicação, uma vez que esclarece uma ação que diminuiria os custos do referido setor.
- C) proporcionalidade, uma vez que os custos do referido setor diminuiriam à medida que se diminuísse a tributação.
- D) tempo, uma vez que a diminuição dos custos do referido setor ocorreria somente após a redução da tributação sobre ele.
- E) condição, uma vez que a diminuição dos custos do referido setor dependeria da redução da tributação sobre ele.

Comentários:

SE é a mais clássica conjunção condicional, então temos uma oração subordinada adverbial condicional, que traz uma premissa que deve ser atendida para ocorrer depois a redução dos custos.

Se a tributação diminuir, então diminuirão os custos. Gabarito letra E.

Texto 1A3-II

1 Entre os maiores poderes concedidos pela sociedade ao Estado, está o poder
2 de tributar. A tributação está inserida no núcleo do contrato social estabelecido
3 pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum. Desse modo, o poder de
4 tributar está na origem do Estado ou do ente político, a partir da qual foi possível
5 que as pessoas deixassem de viver no que Hobbes definiu como o estado natural
6 (ou a vida pré-política da humanidade) e passassem a constituir uma sociedade de
7 fato, a geri-la mediante um governo, e a financiá-la, estabelecendo, assim, uma
8 relação clara entre governante e governados.

9 A tributação, portanto, somente pode ser compreendida a partir da
10 necessidade dos indivíduos de estabelecer convívio social organizado e de gerir a
11 coisa pública mediante a concessão de poder a um soberano. Em decorrência disso,
12 a condição necessária (mas não suficiente) para que o poder de tributar seja
13 legítimo é que ele emane do Estado, pois qualquer imposição tributária privada
14 seria comparável a usurpação ou roubo.

Internet: <www.receita.fazenda.gov.br> (com adaptações).

23. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

A correção gramatical e os sentidos do texto 1A3-II seriam preservados se o termo "Em decorrência disso" (L.11) fosse substituído pela seguinte expressão.

- A) Devido isso
- B) Em suma

- C) Por conseguinte
- D) Consoante isso
- E) Para tanto

Comentários:

“Em decorrência disso” foi utilizado com valor conclusivo, sendo equivalente a “**por conseguinte**”, “portanto”, “Logo”...

Vejam os problemas das demais:

- A) Incorreto. Não existe essa expressão. A locução é “devido a algo”.
- B) Incorreto. “Em suma” quer dizer “Em síntese”, “Em resumo”, não traz o sentido de decorrência previsto no texto.
- D) Incorreto. “Consoante” tem sentido conformativo, não conclusivo.
- E) Incorreto. “Para tanto” indica finalidade, não há sentido conclusivo.

Gabarito letra C.

24. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Com relação às propriedades linguísticas do texto 1A3-II, julgue os itens a seguir.

I - O referente da forma verbal “passassem” (L.6) é o termo “as pessoas” (L.5).

II - As formas pronominais presentes em “geri-la” (L.7) e “financiá-la” (L.7) possuem referentes distintos no texto.

III - O referente da forma pronominal “ele” (L.13) é a expressão “o poder de tributar” (L.12).

IV - A inserção do sinal indicativo de crase em “a usurpação” (L.14) não prejudicaria a correção gramatical do texto.

Estão certos apenas os itens

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

Comentários:

I – Correto. O referente da forma verbal “passassem” (L.6) é o termo “as pessoas” (L.5). As pessoas passaram a constituir uma sociedade de fato.

II – Incorreto. As formas pronominais presentes em “geri-la” (L.7) e “financiá-la” (L.7) possuem referentes iguais: a sociedade.

III – Correto. Temos o mecanismo de coesão por elipse, o sujeito não é repetido na oração seguinte porque já apareceu na anterior e está evidentemente subentendido.

Veja: "para que o **poder de tributar** seja legítimo é que **ele (poder de tributar)** emane do Estado

IV - A inserção do sinal indicativo de crase em "a usurpação" (L.14) prejudicaria a correção gramatical do texto, por uma questão de paralelismo.

Não há crase no texto porque temos substantivos usados de maneira geral, ampla e não especificada, sem artigo definido:

Comparável A + usurpação

Comparável A + roubo

A prova disso é que não há artigo também antes de "roubo". Se houvesse artigo diante dos substantivos, não bastaria colocar crase, seria necessário também usar artigo diante do segundo substantivo, respeitando, por paralelismo, a determinação dos dois substantivos por artigo:

Comparável A + A usurpação= Comparável **À** usurpação

Comparável A + O roubo= Comparável **AO** roubo

Portanto, não seria possível usar crase no primeiro substantivo sem usar o artigo no segundo. Gabarito letra A.

25. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto 1A3-II, julgue os itens seguintes.

I - No trecho "o poder de tributar está na origem do Estado ou do ente político" (L. 3 e 4), a substituição de "ou" por **e** prejudicaria a correção gramatical do texto.

II - A supressão dos parênteses empregados no trecho "(ou a vida pré-política da humanidade)" (L.6) alteraria os sentidos originais do texto.

III - No trecho "seria comparável a usurpação ou roubo" (L.14), a forma verbal "seria" expressa dúvida quanto à possibilidade de concretização da referida comparação.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Comentários:

I- Não prejudicaria, o "ou" indica relação de sinonímia. A inserção do "E" aditivo apenas mudaria o sentido, sem erro gramatical.

II- O termo entre parênteses é um sinônimo explicativo de "Estado Natural", este é outro caso de "ou" indicativo de sinonímia. A retirada dos parênteses alteraria os

sentidos originais sim, pois acabaria com essa relação de equivalência, dando a impressão de que seriam duas coisas diferentes.

III- Não há dúvida, o futuro do pretérito foi utilizado pela natureza condicional das ideias do período. Na hipótese de não emanar do Estado o poder de tributar, qualquer imposição tributária privada seria comparável a usurpação ou roubo.

Gabarito letra B.

26. (CESPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

De acordo com o texto 1A3-II, o poder de tributar é uma

- A) competência conferida pelos cidadãos ao Estado, com vistas ao bem comum da sociedade.
- B) condição para a construção de uma relação hierárquica entre governantes e governados.
- C) obrigação criada pelo Estado para a sua manutenção, mas que, gradativamente, passou a gerar benefícios à sociedade.
- D) forma de submissão dos cidadãos ao Estado assemelhada a usurpação ou roubo.
- E) relação anterior à constituição do Estado e da própria sociedade.

Comentários:

Pelas relações do texto, os homens saem de um estado natural (cada um por si) e se organizam em uma sociedade de fato; então transferem para um soberano a tarefa de tomar decisões públicas, pelo bem comum.

A tributação está inserida no núcleo do **contrato social estabelecido pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum**.

B) Incorreto. Não há relação hierárquica, há uma delegação de poder.

C) Incorreto. O poder de tributar não é uma obrigação, é um poder de administração concedido pelo povo e voltado para o bem comum.

D) Incorreto. Se o poder de tributar emana do Estado, não há roubo. Segundo o texto, é o tributo privado que constitui usurpação ou roubo.

E) Incorreto. O poder de tributar é posterior à organização das pessoas em uma sociedade de fato.

Gabarito letra A.